



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CEDU
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

ANDRESSA VITORIA RODRIGUES DA SILVA

QUALIDADE DA EDUCAÇÃO E AVALIAÇÕES EXTERNAS NA ESCOLA
PÚBLICA: uma Revisão Sistemática da Literatura

MACEIÓ-AL
2026

ANDRESSA VITORIA RODRIGUES DA SILVA

QUALIDADE DA EDUCAÇÃO E AVALIAÇÕES EXTERNAS NA ESCOLA

PÚBLICA: Uma Revisão Sistemática da Literatura

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal de Alagoas, como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de licenciado em Pedagogia, sob a orientação do Professor Dr. Givanildo da Silva.

MACEIÓ-AL
2026

ANDRESSA VITORIA RODRIGUES DA SILVA

**QUALIDADE DA EDUCAÇÃO E AVALIAÇÕES EXTERNAS NA ESCOLA
PÚBLICA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA**

Trabalho apresentado ao Colegiado do Curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para obtenção da nota final do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 14/09/2026.

Orientador/a: Prof. Dr. Givanildo da Silva (CEDU/UFAL)

Comissão Examinadora

Documento assinado digitalmente
 **GIVANILDO DA SILVA**
Data: 15/09/2026 10:07:46-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Givanildo da Silva (CEDU/UFAL)
Presidente

Documento assinado digitalmente
 **INALDA MARIA DOS SANTOS**
Data: 17/09/2026 08:45:01-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Profa. Dra. Inalda Maria dos Santos (CEDU/UFAL)

2º. Membro

Documento assinado digitalmente
 **EDLENE CAVALCANTI SANTOS**
Data: 17/09/2026 00:09:57-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Profa. Dra. Edlene Cavalcanti Santos (CEDU/UFAL)

3º. Membro

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, ao meu orientador, Prof. Dr. Givanildo da Silva, pela oportunidade de aprender com ele e por conduzir os processos de orientação com tanta paciência e leveza.

Ao grupo de Gestão e Avaliação Educacional (GAE), pelos momentos de compartilhamento de conhecimentos.

Às minhas professoras e aos meus professores, desde a educação básica até a graduação.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo apoio financeiro, sem o qual este estudo não teria sido realizado.

Aos membros da banca, pelo tempo dedicado à leitura deste trabalho e pelas contribuições.

Minha eterna gratidão ao Divino, meu sustento diário e refúgio nos dias difíceis.

Por fim, agradeço à minha família: aos meus pais, Ednaldo e Aparecida, que nunca deixaram de me amar; aos meus irmãos, Ewerton e Junior; e à minha tia Elba, que sempre me encorajou e continua a me encorajar.

Agradeço, ainda, ao meu amigo Pedro, que me incentivou a fazer o ENEM e acreditou, desde sempre, que eu passaria, mesmo quando eu mesma duvidava disso; e à minha amiga Raissa Sandriely, minha companhia diária na graduação, onde sorrimos e choramos juntas.

Todos vocês foram e continuam sendo essenciais nessa jornada.

QUALIDADE DA EDUCAÇÃO E AVALIAÇÕES EXTERNAS NA ESCOLA

PÚBLICA: uma Revisão Sistemática da Literatura

Andressa Vitoria Rodrigues da Silva¹

Givanildo da Silva²

RESUMO

Neste texto, objetivou-se compreender qual é o sentido da categoria qualidade da/na educação como elemento norteador das políticas públicas educacionais no contexto da escola pública. Para alcançar esse propósito, foi realizada uma Revisão Sistemática da Literatura, que se apoiou em teses e dissertações publicadas entre 2022 e 2024, disponíveis no Catálogo de Teses & Dissertações da CAPES. O processo de revisão levou à seleção de 12 pesquisas que tratam da relação entre a categoria qualidade, as avaliações externas e a escola pública. Os achados indicam que as avaliações externas e as políticas públicas educacionais oriundas de seus resultados influenciam a compreensão da categoria qualidade segundo as lógicas do mercado na escola pública, em uma perspectiva de qualidade empresarial. Todavia, algumas escolas resistem e preservam a compreensão da qualidade como algo cujo sentido é construído e se modifica de acordo com o contexto, posicionando-se em defesa da qualidade social. Os resultados da revisão indicam, ainda, que, a partir da reflexão realizada coletivamente, na qual a gestão escolar atua como mediadora entre as políticas públicas e a comunidade escolar, é possível pensar o uso dos resultados das avaliações em larga escala como ferramenta pedagógica para melhorar o ensino, preservando, contudo, aquilo que constitui a escola pública: a democracia e a gestão pública.

Palavras-chave: Qualidade da educação; avaliações externas; escola pública.

ABSTRACT

In this text, the aim was to understand the meaning of the category of quality in/of education as a guiding element of educational public policies within the context of public schools. To achieve this purpose, a Systematic Literature Review was conducted based on theses and dissertations published between 2022 and 2024, available in the CAPES Theses & Dissertations Catalog. The review process led to the selection of 12 studies addressing the relationship between the category of quality, external assessments, and public schools. The findings indicate that external assessments and educational public policies derived from their results influence the understanding of the category of quality according to market-oriented logics in public schools, from the perspective of business-oriented quality. Nevertheless, some schools resist and preserve an understanding of quality as something whose meaning is constructed and changes according to the context, positioning themselves in defense of social quality. The results of the review, also indicate that, based on collective reflection, in which school management acts as a mediator between public policies and the school community, it is possible to consider the use of large-scale assessment results as a pedagogical tool to improve teaching, while preserving, however, what constitutes public schooling: democracy and public management.

Keywords: Quality of education; external assessments; public school.

¹ Graduanda em Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas. andressa.rodrigues@cedu.ufal.br.

² Doutor em Educação. Professor do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas. givanildo.silva@cedu.ufal.br.

1 INTRODUÇÃO

O neoliberalismo, pautado nos interesses mercadológicos e impulsionado pela globalização, emerge no Brasil em meados da década de 1980, após as mudanças ocorridas no mundo na década anterior, em decorrência da crise do petróleo, que teve seu ápice na década de 1970. Nesse contexto, as reformas surgem, segundo seus defensores, como solução para a ineficiência do Estado (Silva *et al.*, 2023). Princípios como competição e eficácia passam a fazer parte dos discursos sobre o serviço público e, conseqüentemente, sobre a escola.

O fenômeno da globalização contribui para a rápida disseminação de ideias, sendo esse um ponto importante para que a teoria neoliberal chegasse ao Brasil e ganhasse apoiadores. Foi durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1995, que o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado foi lançado, tendo como responsável por sua elaboração Luiz Carlos Bresser-Pereira, que, nesse período, estava à frente do Ministério da Administração e da Reforma do Estado (MARE).

Nesse sentido,

[...] o referido Plano com base no diagnóstico de que o Estado está em crise apresenta a reforma do Estado como uma exigência imposta pela globalização econômica e uma necessidade para o país, no sentido de superá-la (Oliveira; Fernandes, 2009, p. 60).

Para os apoiadores dessa teoria, a liberdade só pode ser experienciada se houver um livre mercado. Então, para os reformadores, a liberdade vem acompanhada da possibilidade de acumular riquezas por meio do mérito próprio. Essa é a essência do pensamento daqueles que propõem as reformas na educação. Nesse sentido, o plano instaurou no país as lógicas empresariais, que têm suas raízes no neoliberalismo (Silva *et al.*, 2023).

Na educação, a principal mudança trazida pela reforma foi a passagem da gestão pública burocrática, entendida pelos reformadores como uma forma de administrar lenta e pouco eficiente, para a gestão pública gerencial (Bresser-Pereira, 1999). Assim, vista como eficiente e voltada para os resultados por meio de metas, a gestão gerencial baseia-se principalmente na competição entre os indivíduos, a qual levaria à qualidade.

Sobre esse modelo de gestão, no contexto educacional, Flach (2012, p. 7) aponta que “[...] a eficiência e produtividade passaram a ser as palavras de ordem”. Todavia, isso não significou a melhoria da qualidade da educação pública. Portanto, a administração gerencial, inspirada em modelos de administração de empresas, no contexto escolar, sufoca e padroniza os processos de ensino e avaliação. Em outras palavras, trata-se do modelo de gestão da qualidade total (Afonso, 2007).

Ainda na década de 1990, foi criado o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB)³, uma “[...] avaliação externa e em larga escala que permite realizar um diagnóstico da educação básica brasileira. [...] ele visa identificar níveis de aprendizagem demonstrados pelos estudantes do ensino fundamental e do ensino médio” (Souza, 2024, p. 68). Nessa direção, o SAEB não tem apenas o papel de diagnosticar problemas na educação, mas também de medir a qualidade do ensino.

O cenário torna-se ainda mais evidente com a criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)⁴, em 2007, subsidiado pelo Decreto nº 6.094, de 2007, que dispõe em seu capítulo II:

A qualidade da educação básica será aferida, objetivamente, com base no IDEB, calculado e divulgado periodicamente pelo INEP, a partir dos dados sobre rendimento escolar, combinados com o desempenho dos alunos, constantes do censo escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, composto pela Avaliação Nacional da Educação Básica - ANEB e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Prova Brasil) (Brasil, 2007, Art. 3º).

O Ideb foi uma das ações norteadas pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e configura-se como um programa “[...] baseado em medições avaliativas típicas do modelo gerencialista, baseado em dados de avaliação quantitativos descontextualizados da realidade social, econômica e cultural dos estudantes” (Ivo; Hypolito, 2009, p. 12). Assim, a racionalidade gerencial ganha força na educação a partir de sua criação.

As avaliações externas são utilizadas como mecanismos de mensuração da qualidade escolar. Assim, currículo, formação de professores e gestores e ensino são padronizados para se tornarem mais eficientes, passando, então, a girar em torno do

³ O Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) é uma avaliação externa bienal. Mediante testes, visa identificar os níveis de aprendizagem dos alunos (Sousa, 2024).

⁴ O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) é um indicador de qualidade educacional. Para além disso, é considerado também como um indutor de políticas públicas educacionais (Silva *et al.*, 2023).

desempenho nesses testes, visando a bons resultados. Como consequência, a escola pública vai perdendo seu caráter formador em uma perspectiva emancipatória e humanizadora. O educar integralmente para uma atuação crítica e ativa na sociedade vai, aos poucos, sendo substituído pelo preparar para os testes, a partir das políticas gerenciais.

A escola pública é “[...] a única instituição educativa vocacionada a acolher a todos de forma democrática” (Freitas, 2018, p. 128). Nela, mais do que a formação básica para o mercado de trabalho, o estudante, filho da classe trabalhadora, prepara-se para a vida. Nesse lugar, não há apenas o ensino de disciplinas; há discussões vivas que envolvem todos os atores, pois não se trata de uma instituição alheia à sociedade. Ao contrário, é atravessada por ela o tempo todo. E, ao abraçar essas questões no cotidiano escolar, a escola pública proporciona aos estudantes que a constituem uma nova visão de mundo, na qual se questiona o que está posto.

Talvez esse seja o motivo pelo qual as reformas busquem padronizar o ensino e tudo o que envolve essa instituição. A pluralidade, a emancipação e a vontade de fazer (e ser) mais, que ousam aflorar naqueles que fazem a escola pública de gestão pública, soam ameaçadoras aos planos dos que visam apenas ao lucro. E a qualidade educacional que se produz nesse espaço não pode ser medida por indicadores.

A partir do exposto, o presente trabalho teve como objetivos evidenciar a categoria qualidade da/na educação como elemento norteador das políticas públicas educacionais no contexto da escola pública; mapear pesquisas, no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, em um recorte temporal que vai de 2022 a 2024, sobre a qualidade da/na educação, a partir da construção de um protocolo de pesquisa; e, por fim, refletir sobre as concepções de qualidade da/na educação e sua relação com as políticas educacionais vivenciadas no cotidiano da escola.

O trabalho trata-se de uma pesquisa qualitativa e, para alcançar os objetivos, foi utilizada a técnica de Revisão Sistemática da Literatura (RSL), entendida como “[...] uma modalidade de pesquisa, que segue protocolos específicos, e que busca entender e dar alguma logicidade a um grande corpus documental” (Galvão; Ricarte, 2020, p. 58). Conforme os autores, a RSL possui elevado nível de evidência científica.

O rigor durante o processo de revisão é o que assegura sua replicabilidade. Nessa direção, esta revisão teve como pergunta norteadora a seguinte questão: “Qual é o sentido da categoria qualidade da/na educação como elemento norteador das políticas públicas educacionais no contexto da escola pública?”. A base de dados

escolhida foi o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, e o recorte temporal estabelecido foi de dois anos (2022–2024). Em primeiro momento, pensou-se em um recorte temporal de cinco anos, compreendendo o período de 2022 até 2026. Entretanto, o ano de 2026 ainda está em curso e, além disso, durante a busca, constatou-se que não havia trabalhos compatíveis com a temática publicados na base de dados de janeiro de 2024 a junho de 2026.

Os critérios de inclusão para a escolha das pesquisas foram três e delineavam que os trabalhos selecionados: 1) tratassem da categoria qualidade na educação e das políticas educacionais na escola pública; 2) fossem teses e dissertações; e 3) tivessem sido defendidos nos últimos dois anos (2022–2024). Já os três critérios de exclusão indicavam os trabalhos que: 1) não tratassem da categoria qualidade na educação e das políticas educacionais na escola pública; 2) não correspondessem ao recorte temporal estabelecido; e 3) não fossem teses e dissertações.

Durante a busca na base de dados, foram lançadas as seguintes equações de pesquisa, também chamadas de descritores, utilizando os operadores booleanos: “qualidade” AND “avaliações externas” AND “escola pública” OR “políticas públicas”. A escolha dos descritores tem o objetivo de aproximar os resultados de busca daquilo que se pretende investigar na pesquisa. Na primeira busca, foram obtidos 380 resultados. Ao aplicar o filtro para que os resultados correspondessem ao recorte temporal previamente estabelecido, o resultado caiu para 113.

Desses achados, 57 trabalhos foram defendidos no ano de 2022 e 56, em 2023. Dos 113 trabalhos, 17 foram selecionados em um primeiro momento. Os trabalhos foram agrupados em pastas distintas: aqueles que correspondiam ao tema logo no título foram organizados em uma pasta, enquanto os que não correspondiam foram agrupados em outra. Após a leitura dos resumos, das palavras-chave, da introdução e da conclusão dos trabalhos, constatou-se que apenas 12 se encaixavam nos critérios estabelecidos. Assim, outra pasta foi criada para os trabalhos que ficaram de fora da revisão.

A organização deste trabalho apresenta, além da introdução e das considerações finais, quatro seções nas quais, primeiro, é tratada a relação entre as avaliações externas e a categoria qualidade; em seguida, é discutida a categoria qualidade e a escola pública; depois, é feita a exposição dos resultados da revisão; e, por fim, é apresentada a reflexão a respeito desses resultados.

2 AVALIAÇÕES EXTERNAS E A CATEGORIA QUALIDADE

A crise econômica da década de 1980 impulsionou movimentos de reforma no mundo todo, e a globalização contribuiu para esse processo. No Brasil, os idealizadores do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado justificaram sua criação pela necessidade de tornar o Estado mais competitivo no cenário internacional. O pensamento dos reformadores advém do liberalismo, que enxerga a administração pública, ou seja, a atuação do Estado, como falha e obsoleta. Conforme Silva *et al.* (2023), o movimento reformador apresentou ao serviço público os ideais do mercado que comandam o setor privado.

No contexto brasileiro, tais ideais foram intensificados durante os governos de Fernando Collor de Melo, em 1990, quando houve a primeira edição do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), e de Fernando Henrique Cardoso, em 1995. Durante o governo de FHC, o gerencialismo ganhou força no setor público. Conceitos como o da “qualidade total” tornaram-se basilares para sustentar o argumento dos reformadores. Assim, houve a redução do Estado e o incentivo às parcerias privadas em todos os âmbitos da sociedade, inclusive na educação.

Nesse cenário, o Estado intensifica a fiscalização para garantir que a educação seja de qualidade. Nasce, então, uma cultura das avaliações externas. De acordo com Dias Sobrinho (2004, p. 708), “O Estado Avaliador intervém para assegurar mais eficiência e manter o controle daquilo que considera ser qualidade”. Diante disso, os testes padronizados são utilizados como instrumentos de controle e regulação.

Porém, esses mecanismos avaliativos não têm apenas o objetivo de mensurar a qualidade da educação. De acordo com Dias Sobrinho (2004, p. 719), eles são também “[...] o principal instrumento para assegurar o êxito e a direção das reformas”. O que está em xeque, portanto, é um projeto de sociedade no qual os interesses mercadológicos se sobressaem aos interesses dos indivíduos.

Nessa conjuntura, evidencia-se que a busca pela qualidade nasce no campo da economia (Casassus, 2009). A compreensão da categoria qualidade segundo a lógica empresarial, conforme Freitas (2018), reduz a qualidade a meros resultados, deixando de lado questões importantes que devem ser consideradas, como as

desigualdades, por exemplo. A qualidade, nessa perspectiva quantitativa, de acordo com Azevedo (2007), apresenta-se como:

[...] tecnocrática, centrada na avaliação de produtos, ignora o processo, coisifica o conhecimento, quantifica, tem a pretensão de mensurá-lo, padronizá-lo, compará-lo em escalas competitivas. [...] articula-se a resultados com a lógica do treinamento, e como desconhece ou não valoriza a complexidade dos processos das ações educacionais, igualmente não percebe a atualização educativa na sua dimensão de formação como elemento intrínseco à construção do conhecimento, para além do treinamento de habilidades (Azevedo, 2007, p. 8-9).

A adoção dessa concepção de qualidade leva a escola a ser vista como uma empresa, virando precursora da cultura de mercado. Em contrapartida, a qualidade social, segundo o autor:

Em vez de aviltar e mercantilizar as relações entre educador e educandos, [...] considera a formação do sujeito na sua singularidade, na sua identidade, na sua pertinência a um contexto e a um conjunto de experiências de vida (Azevedo, 2007, p. 20).

Por conseguinte, nessa perspectiva, a qualidade está pautada na democracia, considera questões mais amplas, como a cultura e as desigualdades, e se volta para a formação integral do estudante. Há, assim, uma tentativa de resgatar o sentido humano e formativo da escola, configurando a chamada escola cidadã, conforme Azevedo (2007).

Nesse sentido, a escola pública deve produzir e defender a qualidade social:

Não basta que seja considerada boa nos termos em que alguns grupos a definem: boa nos aspectos instrucionais básicos, boa para assegurar o mínimo que deve ofertar aos que dela mais precisam, boa para promover uma inclusão excludente que se afasta da matriz de formação humana e omnilateral. Qualidade social na escola pública deve orientar-se pela construção de um mundo melhor, isto é, um mundo mais educado, mais evoluído culturalmente e socialmente mais justo (Sordi; Varani; Mendes, 2017, p. 86).

Posto isso, apesar do foco atribuído aos mecanismos avaliativos e aos seus resultados para justificar a implementação de políticas públicas, a efetivação de uma política envolve conflitos entre dois grandes grupos: os empresários e aqueles que fazem e defendem a escola pública. Nessa disputa, estão contidas diferentes perspectivas sobre a categoria qualidade, bem como visões de mundo e concepções de educação distintas.

3 A ESCOLA PÚBLICA E A CATEGORIA QUALIDADE

No ano de 2014, quando o Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 13.005, de 25 de junho, foi aprovado no Brasil e formalizou, em sua Meta 7, que a qualidade das escolas seria medida pelos resultados das avaliações em larga escala, as escolas públicas passaram a depositar seus esforços na busca por um bom desempenho nessas avaliações. Há, então, a padronização do currículo, da formação dos professores e da gestão escolar. Estados e municípios estabelecem metas e idealizam bonificações para as escolas que as alcançam, mas, por outro lado, criam também punições para aquelas que não atingem os resultados esperados.

Em seu livro intitulado *A Reforma Empresarial da Educação: nova direita, velhas ideias*, Freitas (2018) descreve a padronização desses elementos como um movimento que conduz à privatização e, como consequência, à destruição da educação pública. Padroniza-se o que se ensina, em favor das avaliações externas, valorizando determinados conteúdos em relação a outros; como se ensina, uma vez que as aulas passam a ser treinos para os testes; e a formação dos professores, principalmente no que diz respeito às formações continuadas realizadas, geralmente, por agências formadoras vinculadas às empresas privadas.

Outro elemento que demonstra como a educação está imersa na racionalidade do mercado é a ênfase midiática que os municípios dão a essas avaliações, incitando a performatividade, a eficiência e a competição por meio da divulgação dos resultados. “Tem-se a ideia de que essa divulgação poderia criar mobilização nas comunidades escolares e, com isso, engajar gestores escolares e docentes na busca da melhoria dos resultados” (Sousa; Lopes, 2024, p. 77-78). Desse modo, pais, professores e alunos se veem inseridos nessa perspectiva, e a busca pela qualidade, segundo a lógica do mercado, é vista como algo positivo.

Afinal, quem não quer estudar na escola cuja qualidade é reconhecida e “comprovada”? Com a desvalorização da profissão, que professor não gostaria de ganhar um salário a mais caso sua turma atinja a meta? E mais: que escola pública, especialmente aquelas situadas em regiões periféricas, suporta a punição de não receber recursos caso não gere bons resultados? Todos esses elementos fazem parte do processo descrito por Freitas (2018) como destruição da educação pública, conforme apontado anteriormente

Sousa e Lopes (2024) destacam os impactos dessas formas de responsabilização verticalizada:

Escolas cujos estudantes não atingem os resultados desejados nas avaliações em larga escala podem enfrentar estigmatização, críticas e ou penalizações, mesmo que enfrentem desafios significativos em termos de recursos, infraestrutura ou contexto socioeconômico. Isso pode criar um ambiente desmotivador em relação à participação dos estudantes nessas avaliações, ou no seu engajamento no processo de escolarização [...] (Sousa; Lopes, 2024, p. 84).

As dificuldades que a escola pública enfrenta, citadas pelas autoras, não são consideradas no modelo gerencial. Importa, sobretudo, produzir resultados independentemente das condições das escolas e dos alunos. Dessa forma, os atores são pressionados, ainda que os salários estejam atrasados e o ambiente esteja precário. Assim, esse modelo e a noção de qualidade educacional que defende tendem a responsabilizar os atores da escola, e não o Estado.

Segundo Hypolito (2014, p. 18), “[...] ao conhecer a realidade da educação pública, o Estado tem que desenvolver políticas para solucionar os problemas [...]”. Portanto, é dever do Estado assegurar que a escola pública seja um espaço com condições para que o ensino seja realizado. Nessa direção, aqueles que fazem a escola pública devem se colocar contra esses movimentos de privatização e desvalorização (Freitas, 2018). Mais do que isso, faz-se necessário lutar por uma educação pública de gestão pública, pois somente nesse contexto a qualidade social pode ser coletivamente construída.

4 REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

As pesquisas selecionadas discutem, a partir de diferentes perspectivas, os impactos das avaliações em larga escala e a categoria qualidade, às vezes convergindo com os resultados dos outros estudos, às vezes divergindo. Quanto ao perfil dos achados, cabe destacar que estão concentrados principalmente nas regiões Centro-Oeste e Sul do Brasil. Correspondem a dez dissertações de mestrado e duas teses de doutorado. Sete trabalhos foram defendidos em 2022 e seis em 2023. A seguir, apresentam-se os principais resultados das pesquisas.

Quadro 1 - Sistematização das pesquisas sobre as avaliações externas na escola pública e categoria qualidade (2022-2024).

Autor	Título	Linha de Pesquisa	Nível e Instituição	Ano
PELEGRINI, Mayara Duarte	Reflexos do SIMAVE em uma sala de 5º ano: qualidade educacional ou naturalização da exclusão?	Estado, Políticas e Gestão da Educação	Mestrado/ Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	2023
ALMEIDA, Fernanda de Moura	O sistema mineiro de avaliação e equidade da educação pública e o dilema da qualidade	Estado, Políticas e Gestão da Educação	Mestrado/ Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	2022
RIBEIRO, Andréa Porto	As avaliações em larga escala e sua relação com a qualidade da educação: caminhos percorridos por um Colégio de Aplicação Federal	Saberes e Práticas Educativas	Doutorado/ Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	2023
CELVA, Lilliane Bia	Minha escola tem qualidade? Uma análise da perspectiva de gestores escolares do Município de Guabiruba-SC	Formação de Professores, Políticas e Práticas Educativas	Mestrado/ Universidade Regional de Blumenau (FURB)	2022
RITTER, Cláudia Sales	A Política Curricular na Escola de Ensino Fundamental: Sentidos de Qualidade de Educação para Além da Mensuração	Formação de Professores e Políticas Públicas Educacionais	Mestrado/ Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)	2022
OLIVEIRA, Ana Flávia Frota Ferreira da Costa	Qualidade Educacional: apropriação de resultados da avaliação em larga escala na Unidade de Educação Básica Dra. Maria Alice Coutinho	Em Gestão e Avaliação da Educação Pública	Mestrado/ Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	2023
LIMA, Patrícia Silva	Gestão escolar: uma análise das práticas à luz da qualidade da educação na rede municipal de Teixeira de Freitas-Bahia	Políticas Educacionais e Gestão Escolar	Mestrado/ Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)	2022

VIANA, Vaneide Ferreira	IDEB, Qualidade da Educação e Organização Pedagógica: Realidade Educacional em Duas Escolas Estaduais do Território de Identidade Sudoeste Baiano	Política Pública Educacional	Mestrado/ Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)	2022
JAHNKE, Jefferson Fellipe	Sistema Nacional de Avaliação: uma análise do desempenho escolar no município de Campo Magro (2013–2019)	História e Políticas da Educação	Doutorado/ Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR)	2023
MELO, Priscila Vieira Ferraz de	Gestão por resultados para promoção da qualidade: afirmação da accountability na rede municipal de ensino de Teresina (PI)	Educação, Políticas Públicas e Cidadania	Mestrado/ Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC)	2023
DUTRA, Marília Henn	O sistema de avaliação da educação básica dos anos iniciais do ensino fundamental e indicadores de qualidade na gestão educacional/escolar em escolas municipais de Santa Maria - RS	Práticas Escolares e Políticas Públicas	Mestrado/ Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	2022
OLIVEIRA, Jôsy de Souza Paixão	As políticas neoliberais e suas influências no processo avaliativo na educação pública no estado de Goiás	Educação, Cultura, Teorias e Processos Pedagógicos	Mestrado/ Faculdade de Inhumas – FacMais	2022

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

O primeiro trabalho, de autoria de Pelegrini (2023), discute os reflexos do Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (SIMAVE) em uma turma do 5º ano de uma escola situada na periferia de Uberlândia. Para tanto, a autora buscou compreender como o princípio da qualidade, inerente ao SIMAVE, política pública que utiliza avaliações em larga escala para monitorar e melhorar a qualidade educacional no estado de Minas Gerais, tem impactado a organização do trabalho desenvolvido na escola em questão.

Utilizando como método o materialismo histórico-dialético, a autora analisa o discurso da qualidade no contexto da reforma empresarial da educação. A análise realizada por Pelegrini (2023) revela que os testes criaram um clima de hostilidade na escola analisada. Observou-se um movimento de culpabilização dos alunos por parte da professora, que não percebia que os conflitos eram gerados pela pressão decorrente da intensificação dos processos avaliativos.

O trabalho de Almeida (2022) também investigou o SIMAVE. A autora discute a relação entre a avaliação externa e o dilema da qualidade. Ao situar o SIMAVE como uma política de regulação educativa voltada ao controle da qualidade, enquadrada na intervenção das agências internacionais na educação brasileira, o trabalho propõe-se a explorar a concepção de qualidade presente nos Itinerários Avaliativos de Minas Gerais. Para isso, a autora utilizou uma abordagem qualitativa, seguida de um estudo documental e bibliográfico.

Os dados encontrados por Almeida (2022) indicaram que a noção de qualidade é orientada pelos resultados dos testes. Nesses dados, notou-se o predomínio de princípios de responsabilização, meritocracia e *accountability*. A análise dos documentos revelou, ainda, que a qualidade educacional, alinhada ao conceito de equidade, interpretado pelos neoliberais como “igualdade de oportunidades” e adotado nos documentos provenientes de Organismos Internacionais, indica um distanciamento da busca pela igualdade social. Foi observada, ainda, a falta de envolvimento dos Colegiados Escolares e a influência dos Organismos Internacionais no desenvolvimento de políticas públicas, promovendo a responsabilização das escolas e conduzindo ao processo de privatização delas.

Já o trabalho de Ribeiro (2023) discute as avaliações em larga escala e sua relação com a qualidade em um Colégio de Aplicação Federal, a partir da observação das relações entre as políticas de avaliação e as práticas escolares. Para a discussão, a autora analisou teses e dissertações vinculadas à CAPES sobre a temática da avaliação externa, com um recorte de dez anos e, em campo, aplicou entrevistas semiestruturadas.

Os achados da pesquisa de Ribeiro (2023) mostraram que as avaliações têm pouca influência na escola participante, pois a instituição em questão adota uma perspectiva de avaliação formativa. As entrevistas semiestruturadas revelaram que as avaliações externas estão presentes na escola, mas não há consenso sobre sua necessidade. Para os participantes, a qualidade da escola não se restringe aos

resultados de testes em larga escala, já que esse tipo de avaliação constitui apenas um retrato parcial da realidade vivenciada.

Celva (2022), em sua pesquisa, dedicou-se a analisar a perspectiva de gestores escolares do município de Guabiruba-SC sobre a qualidade de suas escolas. Como método, foi realizado um estudo de campo exploratório. Os dados foram obtidos a partir de entrevistas semiestruturadas, compostas por oito questões, realizadas por meio do aplicativo de videoconferências Google Meet, com 80% dos gestores da Rede Municipal de Ensino Fundamental do município investigado.

A pesquisa de Celva (2022) aponta que os gestores compreendem a qualidade educacional de diferentes formas, oscilando entre os discursos oficiais, principalmente no que diz respeito à formação docente como principal indicador de qualidade, e percepções próprias e críticas. Eles consideram que a qualidade depende de diversos fatores, internos e externos, e, em suas falas, expressam preocupação com a aprendizagem dos estudantes.

O trabalho seguinte, de Ritter (2022), discute a política curricular na escola de Ensino Fundamental, buscando compreender os sentidos de qualidade educacional para além da mensuração. Desse modo, a autora busca investigar os sentidos de qualidade junto a professoras, a partir da atuação docente na escola de Ensino Fundamental, visando identificar e discutir aspectos da qualidade não quantificáveis e que não são considerados nas políticas curriculares e nas avaliações padronizadas. Assim, os procedimentos de pesquisa utilizados foram a Análise Documental e conversas realizadas individualmente por meio da plataforma Google Meet.

Os esforços de Ritter (2022) levaram a resultados que indicam que a qualidade, na política curricular da escola, é associada tanto a aspectos mensuráveis, ou seja, aos resultados dos testes, quanto a dimensões não mensuráveis, como o trato afetivo, o envolvimento com a comunidade e o amor à profissão. A pesquisa aponta a necessidade de reconhecer dimensões da qualidade que não podem ser reduzidas a indicadores quantitativos.

Oliveira (2023) propõe-se a entender de que maneira os indicadores quantitativos podem ser utilizados como recurso pedagógico para a melhoria da aprendizagem e da qualidade. A autora investiga a apropriação dos resultados das avaliações externas na Unidade de Educação Básica Dra. Maria Alice Coutinho. Para tanto, entre outros movimentos, reflete e analisa como os dados dessas avaliações têm sido compreendidos pelos docentes para repensarem as práticas pedagógicas.

Como resultado, o trabalho aponta que existe a necessidade de fortalecer uma cultura de apropriação dos resultados na escola, pois esses resultados podem ser utilizados como ferramenta pedagógica para melhorar a aprendizagem dos estudantes. Oliveira (2023) aponta para o fato de que o uso coletivo dos dados favorece a reflexão sobre as práticas docentes e destaca, também, a importância de momentos formativos e de diálogo na escola para o uso dos resultados.

Já o trabalho de Lima (2022) teve como lócus duas escolas públicas de Ensino Fundamental do município de Teixeira de Freitas, no estado da Bahia. A autora busca analisar as práticas gestoras à luz da qualidade educacional na rede municipal do município investigado, propondo-se a entender como a gestão escolar pode contribuir para a melhoria da qualidade da educação. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas.

Os dados coletados por Lima (2022) revelaram a ausência de um modelo de gestão democrática que contemple as diretrizes propostas pela LDB/1996, levando à conclusão de que a concepção de qualidade adotada pelas escolas investigadas está fortemente atrelada aos princípios de eficiência e produtividade aferidos pelos resultados dos testes em larga escala. Evidencia-se, ainda, que existe influência de políticas avaliativas na definição da qualidade educacional.

O próximo trabalho selecionado foi o de Viana (2022). Sua pesquisa foi realizada no Nordeste, especificamente no Território de Identidade Sudoeste Baiano. Em sua pesquisa, a autora investiga a realidade educacional em duas escolas estaduais da região, analisando como a implementação do SAEB e os resultados do Ideb têm influenciado a organização pedagógica dessas escolas. Para atingir esse objetivo, entre outros movimentos, a autora se propõe a compreender a influência do Ideb na organização do trabalho pedagógico.

A pesquisa de Viana (2022) indicou que a organização do trabalho pedagógico, nas escolas pesquisadas, tem sido influenciada pela implementação do SAEB e pelos resultados do Ideb. Já a pesquisa de campo revelou que um dos fatores para o avanço no Ideb foi o treinamento para o SAEB em uma das escolas. Desse modo, o estudo evidenciou que a realidade educacional no Território de Identidade Sudoeste Baiano é mais complexa do que indicam os resultados do Ideb.

Quanto ao trabalho de Jahnke (2023), nele, o autor busca identificar o Ideb como condicionante da qualidade de ensino. Assim, o autor analisou documentos

oficiais, a taxa de rendimento escolar e as médias de desempenho dos alunos das escolas públicas de Campo Magro, no estado do Paraná, para alcançar esse objetivo.

O estudo de Jahnke (2023) confirma que os resultados do Ideb apresentam uma evolução numérica, mas não refletem integralmente a qualidade do ensino. A avaliação externa não considera as condições estruturais das escolas, a formação docente e os fatores socioeconômicos. Assim sendo, o trabalho revela que o Ideb tende a reforçar uma ideia meritocrática e classificatória, contribuindo para a ampliação das desigualdades educacionais.

A pesquisa de Melo (2023) investiga a gestão por resultados para a promoção da qualidade. Para isso, a autora aborda, inicialmente, o tema da qualidade educacional correlacionada com medidas de *accountability*, acionadas segundo o cenário da regulação dos resultados na gestão educacional, ante a política educacional brasileira no contexto da reforma do Estado e da agenda neoliberal. Aborda, também, o tema da regulação educacional por resultados e sua caracterização, além dos fundamentos e das práticas de *accountability* na gestão educacional. O processo de investigação envolveu pesquisa documental, entre outras ferramentas, e evidenciou, como resultado, o predomínio de um discurso que associa resultados mensuráveis à educação de qualidade.

Os resultados da pesquisa de Melo (2023) mostram, também, que existe a consolidação de um modelo gerencial de gestão educacional, no qual há a adoção de políticas de responsabilização (*accountability*) baseadas em resultados. Programas e medidas como o Programa de Valorização ao Mérito, a Gratificação de Desempenho Escolar para professores, equipes pedagógicas e gestores, o investimento em indicadores educacionais e o provimento de subsídios preparatórios para estudantes explicitam bem as ações compreendidas nesse modelo de gestão. Por fim, a pesquisa de Melo (2023) conclui que a política educacional de Teresina, no estado do Piauí, orienta-se por um modelo de *accountability* voltado à produção de resultados.

O estudo realizado por Dutra (2022) teve como objetivo compreender como reverberam os indicadores de qualidade que surgem a partir do SAEB no plano de ações da Secretaria Municipal de Educação (SMED) e na gestão escolar das escolas municipais de Santa Maria, no estado do Rio Grande do Sul. Para a coleta de dados, a autora aplicou questionários semiestruturados com professores e gestores das escolas selecionadas para o estudo, as quais participaram das últimas cinco edições do SAEB.

Dutra (2022), por meio das entrevistas com professores e gestores, evidencia como as avaliações em larga escala influenciam diretamente as práticas pedagógicas, contribuindo para a regulação delas. A performatividade é observada como o eixo central do trabalho dos gestores e professores. Dessa forma, a pesquisa aponta que os indicadores de qualidade influenciam o planejamento institucional e a organização do trabalho pedagógico.

Por fim, a pesquisa de Oliveira (2022) investigou as políticas neoliberais e suas influências no processo avaliativo na educação pública no estado de Goiás. Em seu trabalho, a autora discute as repercussões das políticas neoliberais no contexto educacional brasileiro e analisa os impactos das políticas neoliberais no processo avaliativo baseado em resultados e as consequências para a escola, para os professores e para os alunos da educação básica no estado em questão. Como aporte metodológico, a autora utilizou os procedimentos de pesquisa bibliográfica e pesquisa documental.

Nessa seara, Oliveira (2022) apresenta resultados que revelam que, no Estado de Goiás, seguindo os ideais neoliberais, houve a implantação dos currículos e das avaliações externas, visando garantir o resultado satisfatório para os índices impostos pelo mercado. Este movimento levou à pressão e culpabilização dos professores e dos alunos pelos índices negativos nos testes, eximindo a responsabilidade do Estado que, ao invés de oferecer suporte às escolas, apenas espera obter êxito e qualidade.

5 REFLEXÕES SOBRE A TEMÁTICA

A partir dos resultados dos trabalhos selecionados para a RSL, surgiram três categorias: 1) Avaliações externas como mecanismo de regulação e disputa de sentidos sobre qualidade (Pelegri, 2023; Almeida, 2022; Ritter, 2022; Viana, 2022; Jahnke, 2023; Oliveira, 2022); 2) Gestão escolar e qualidade (Celva, 2022; Lima, 2022; Melo, 2023; Dutra, 2022); e 3) Possibilidades de uso pedagógico das avaliações externas para melhorar a qualidade (Ribeiro, 2023; Oliveira, 2023).

Na primeira categoria, é possível perceber que as pesquisas de Pelegri (2023), Almeida (2022), Viana (2022), Jahnke (2023) e Oliveira (2022), em diálogo com Ritter (2022), indicam as avaliações como o principal fator que induz a uma concepção de qualidade pautada nos princípios do mercado. Assim sendo, Pelegri

(2023) destaca, em sua pesquisa, que as avaliações externas geram pressão, conflitos e um clima hostil na sala de aula, enquanto Almeida (2022) observa a ausência da participação dos Colegiados Escolares na elaboração de políticas públicas. Na mesma direção, Viana (2022) relata, em seu estudo, que, em uma das escolas analisadas, o avanço do Ideb associa-se ao treinamento para a prova do SAEB, e o resultado desse indicador é limitado e restrito à divulgação.

Semelhante ao apontado nas pesquisas anteriores, Jahnke (2023) apresenta, em sua pesquisa, que há indícios de esvaziamento de conteúdos devido à lógica das avaliações externas. Corroborando essa ideia, Oliveira (2022) observou haver a implantação de currículos e avaliações externas orientados pela lógica de mercado, o que pode ser uma das razões para o clima de hostilidade indicado por Pelegrini (2023). Em consonância, Ritter (2022) evidencia que existe uma tensão entre as políticas padronizadas e a experiência vivida na escola.

Por conseguinte, o conjunto de resultados dos estudos nessa categoria aponta para a mesma direção: nas escolas, a cultura das avaliações externas contribui para que os atores da escola associem qualidade a resultados, ainda que não percebam. Todavia, a pluralidade de sentidos produzidos na escola confronta os movimentos de padronização contidos nas políticas públicas, gerando tensão. Nessa esteira,

Os reformadores subestimam o poder da vida escolar na implementação de suas reformas. Na verdade, sua proposta é feita contra os atores da escola, baseada em uma responsabilização verticalizada e autoritária (Freitas, 2018, p. 97).

Diante disso, Flach (2012) aponta que a concepção de qualidade apresentada pelo indivíduo é uma construção histórica e reflexo de um posicionamento ideológico e político; portanto, não é neutra. A ênfase atribuída aos exames padronizados e à concepção de qualidade que os fundamenta leva o indivíduo a aderir a esse mesmo entendimento de qualidade em razão de sua inserção nesse contexto. Isso não ocorre por casualidade; pelo contrário, constitui um dos movimentos que fazem girar a engrenagem dos ideais neoliberais.

Na perspectiva de Campos *et al.* (2023):

As implicações regulatórias do Estado direcionam a adaptação das avaliações às demandas do mercado, e a definição de padrões de qualidade exerce uma influência direta sobre a natureza da educação adotada. [...] O modelo implementado pelo governo brasileiro tende a promover a alienação, validando e normalizando as disparidades

sociais, ao controlar as políticas educacionais sem permitir o desenvolvimento de ferramentas que possam contribuir para uma emancipação mais ampla. A classe dominante, de fato, não demonstra interesse em uma sociedade na qual a escola e os movimentos da classe trabalhadora estejam em sintonia (Campos *et al.*, 2023,, p. 187).

É de interesse dos grupos que dominam a sociedade, isto é, das elites, que os alunos estejam cada vez mais preparados para os testes e menos para a vida. Isso está relacionado à manutenção da sociedade tal como ela é, acentuando as desigualdades e conservando uma parcela da sociedade para a atuação restrita ao mercado de trabalho.

Na segunda categoria, composta pelos trabalhos de Celva (2022), Lima (2022), Melo (2023) e Dutra (2022), evidencia-se a gestão escolar como mediadora entre as políticas educacionais e a escola. Celva (2022) salienta, em seu estudo, que a concepção dos gestores sobre a qualidade da educação oscila entre discursos oficiais, alinhados às políticas públicas, e percepções críticas. Já Lima (2022), nos dados levantados em sua pesquisa, frisa que a qualidade da educação é concebida de forma associada à eficiência e à produtividade, convergindo com Melo (2023).

No município investigado em sua dissertação, Melo (2023) acentua a consolidação de um modelo gerencial de gestão educacional que adota políticas de responsabilização baseadas em resultados. Algo próximo à realidade descrita por Melo (2023) e Lima (2022) é apresentado por Dutra (2022), que destaca a presença de tecnologias de controle e de performatividade na gestão e no trabalho docente.

É possível perceber, então, que os estudos se integram e indicam uma gestão, quase sempre, orientada pela lógica da qualidade total. Em conformidade, Afonso (2007) descreve:

[...] a gestão da qualidade total pode induzir acções de vigilância panóptica, auto-justificadas até como inovadoras, eficazes e necessárias, sobretudo, quando pretenderem gerir, regular e controlar todos os processos e comportamentos dos actores, de modo a levá-los a alcançar, a qualquer preço, os objectivos externos definidos pelo Estado ou pelo mercado (Afonso, 2007, p. 18).

Percebe-se, nesse cenário, que o papel da gestão é central na produção da qualidade. Contudo, ao mesmo tempo, há gestores que questionam indicadores como o Ideb e compreendem a qualidade educacional como dependente de múltiplos fatores para além das avaliações (Celva, 2022). Nesse sentido, a gestão escolar tanto

pode reproduzir as práticas de regulação quanto ressignificá-las, configurando um cenário de tensão.

Entretanto, nesse contexto, no qual a escola é vista como uma empresa, ressignificar essas práticas é uma tarefa difícil, uma vez que prevalece a gestão por resultados, dificultando a efetivação da gestão democrática. Freitas (2018) descreve esse processo da seguinte forma:

[...] as escolas que não conseguem atingir a meta de qualidade são acompanhadas - para novamente introduzir mais formas de operação típicas das empresas, por exemplo, reestruturação com demissão dos profissionais, bônus por mérito ou pagamento por valor agregado, uso de consultorias privadas - [...] (Freitas, 2018, p. 34).

Nessa lógica, o gestor se vê obrigado a responder positivamente, cedendo às pressões e direcionando o cotidiano escolar para as avaliações externas. Para isso, intencionalmente ou não, adota comportamentos típicos de um administrador de empresas e pode, em algum grau, tornar-se autoritário, no sentido de tomar, por si mesmo, as decisões relacionadas à escola, sem envolver os demais atores.

Conforme Veiga (2013) e Silva, Silva e Gomes (2019), a gestão democrática implica, além da socialização do poder, a problematização do instituído, a autonomia dos professores na formulação dos currículos e das propostas pedagógicas. Desse modo, distancia-se do modelo prescritivo. Portanto, quando um gestor questiona os movimentos de padronização e regulação, isso é, antes de tudo, um ato de resistência.

Por fim, na terceira categoria, Ribeiro (2023) e Oliveira (2023) apontam para a apropriação dos resultados das avaliações em larga escala como ferramenta para a melhoria da qualidade da educação e para o repensar das práticas pedagógicas. Em sua tese, Ribeiro (2023) demonstra que, na escola analisada, as práticas pedagógicas são orientadas por objetivos mais amplos, alinhados ao Projeto Político-Pedagógico, não se resumindo ao desempenho nas avaliações externas. Em diálogo com Ribeiro (2023), Oliveira (2023) assinala, a partir de sua pesquisa, que o uso coletivo dos dados das avaliações favorece a reflexão sobre as práticas docentes.

Os resultados dos testes padronizados podem ser utilizados como ferramenta para melhorar a qualidade da educação sob circunstâncias específicas. Para isso, é preciso, além de haver formação continuada para professores e gestores, “[...] promover um debate e revisão da forma como as avaliações externas são

empregadas, visando fomentar uma educação mais inclusiva, equitativa e emancipadora” (Campos *et al.*, 2023, p. 179).

Desse modo, neste bloco, os autores indicam a possibilidade de ressignificar os testes padronizados a partir do uso reflexivo de seus resultados. Esse movimento de debate coletivo sobre as avaliações, por si só, colabora para a construção de uma educação de melhor qualidade, uma vez que, inerente a ele, têm-se questões como:

[...] os processos educativos e os resultados escolares, em termos de uma aprendizagem mais significativa, resultam de ações concretas com o objetivo de democratização dos processos de organização e gestão, exigindo rediscussão das práticas curriculares, dos processos formativos, do planejamento pedagógico, dos processos de participação, da dinâmica da avaliação e, portanto, do sucesso escolar dos estudantes (Dourado; Oliveira, 2009, p. 211).

Por conseguinte, nesse contexto em que, conforme descrito anteriormente, as avaliações em larga escala se evidenciam como mecanismos de regulação, para que possam ser ressignificadas e utilizadas em prol de uma educação de qualidade socialmente referenciada, destaca-se, novamente, o papel central da gestão.

Assim sendo, as três categorias de análise não são isoladas, mas integram-se e revelam que a categoria qualidade envolve diversos aspectos, como as avaliações externas, a gestão escolar e as políticas públicas. Logo, não é simples de ser compreendida. Dourado e Oliveira (2009, p. 207) apontam que a

[...] qualidade da educação é um conceito polissêmico e multifatorial, pois a definição e a compreensão teórico-conceitual e a análise da situação escolar não podem deixar de considerar as dimensões extraescolares [...] (Dourado; Oliveira, 2009, p. 207).

Nesse sentido, compreender a qualidade da educação exige considerar os inúmeros fatores, perspectivas e dimensões que a constituem. Portanto, associá-la exclusivamente aos resultados dos indicadores significa reduzir a complexidade do conceito e produzir uma compreensão superficial da qualidade educacional. Qualidade, portanto, não é resultado.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta RSL evidenciou, a partir das pesquisas selecionadas, como a categoria qualidade, assim como a educação e sua compreensão, representa um cenário de

disputas. No contexto da escola pública, a partir das políticas públicas educacionais, o sentido de qualidade que se apresenta é o da qualidade empresarial. Entretanto, na contramão dos movimentos de padronização, algumas escolas resistem.

Os achados da RSL apontam para a influência das políticas públicas educacionais na compreensão da qualidade como sinônimo de bons resultados nas avaliações. Nessa conjuntura, a gestão escolar recebe destaque por atuar como mediadora entre as políticas públicas e a escola, cabendo ao gestor coordenar os processos de reflexão e de tomada de decisões coletivas.

Em outras palavras, o gestor irá mediar a tensão existente entre a perspectiva da qualidade empresarial, predominante nas políticas públicas educacionais influenciadas pelos organismos internacionais, e, por outro lado, a perspectiva da qualidade social, entendida como um fenômeno construído socialmente, que depende de diversos fatores e contextos e assume múltiplos sentidos. À gestão cabe organizar e direcionar momentos de reflexão junto à comunidade escolar sobre as necessidades da escola, os resultados das avaliações externas e as políticas oriundas desses resultados.

Na escola pública, especificamente, é necessário que a gestão seja também pública (Freitas, 2018). Quando o gestor assume uma postura de administrador de empresas, tende a disseminar na escola valores neoliberais que, nessa conjuntura, são inadequados. Além disso, os processos de reflexão, participação e compartilhamento do poder são favorecidos por uma gestão democrática. Por outro lado, aspectos como mérito e competição podem criar um ambiente de reprodução das desigualdades sociais. Sob essa ótica, lutar para que uma educação pública de qualidade social seja preservada significa garantir a possibilidade de construção de uma sociedade mais igualitária.

A reflexão permite aos atores da escola pública direcionar suas práticas na busca de um equilíbrio entre as pressões do sistema e as necessidades da escola. Caso não haja esse momento de reflexão, a escola pública é induzida, pelas cobranças e pressões, a direcionar toda a sua dinâmica para as avaliações externas e seus resultados, criando uma atmosfera de competição, individualização e afastamento do sentido humano da educação. Da reflexão, conforme mostram os resultados da RSL, surge também a percepção de que, nesse contexto neoliberal, não se deve ignorar as avaliações externas e suas implicações, sobretudo diante das punições, constituídas quase sempre por cortes no orçamento, que impactam o

funcionamento da escola e podem ocasionar, em um cenário de responsabilização exacerbada, até mesmo o fechamento dessas instituições.

Resistir aos movimentos de padronização inerentes às políticas públicas educacionais consiste, portanto, em encontrar um equilíbrio entre o apelo aos resultados e a educação de qualidade socialmente referenciada. Esse equilíbrio pode ser buscado por meio da formação integral do estudante, preparando-o para o mundo do trabalho e para a vida. Quando a formação é integral, o estudante é preparado para diferentes dimensões da existência, inclusive para uma avaliação externa, sem, porém, deixar de lado os demais aspectos do ensino que precisam ser contemplados.

Esse posicionamento em busca do equilíbrio se concretiza em pequenas escolhas feitas dia após dia, dentro e fora da escola. Ao educador cabe, então, defender a educação pública e a concepção de qualidade social que ela carrega, uma qualidade que deve servir a todos e não privilegiar um grupo em detrimento de outro. A escola é o lugar no qual se aprende a ir além do que o sistema reserva, onde são construídos os pilares para uma sociedade mais justa, ainda que, diante do cenário neoliberal, existam muitos desafios para essa concretização.

No entanto, como escreveu Victor Hugo em sua obra *Os Miseráveis*, “[...] não há nada como o sonho para criar o futuro, utopia hoje, carne e osso amanhã”. Que a escola pública, portanto, lugar onde é permitido sonhar, seja mantida e defendida como espaço de construção da cidadania, da humanização, da democracia, do conhecimento e da emancipação. Esse é o ato de resistência que se propõe. Eis, então, o desafio!

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. Estado, Políticas Educacionais e Obsessão Avaliativa. **Contrapontos**, v. 7, n. 1, p. 11-22, Itajaí, jan/abr 2007.

ALMEIDA, Fernanda de Moura. **O sistema mineiro de avaliação e equidade da educação pública e o dilema da qualidade**. 2022. 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022.

AZEVEDO, José Clóvis de. Educação pública: o desafio da qualidade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, n. 60, p. 7-26, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142007000200002>. Acesso em: 15 abr. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em

regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, em prol da mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Brasília, DF, 25 abr. 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm. Acesso em: 19 jul. 2026.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Reflexões sobre a reforma gerencial brasileira de 1995. **Revista Do Serviço Público**, v. 50, n. 4, p. 5-30, out./dez. 1999. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/issue/view/66>. Acesso em: 15 ago. 2025.

CAMPOS, Antônia Arruda; MAIA, Marcia Superti; OLIVEIRA, Luiz Antonio de; MAIA, Jorge Sobral da Silva. Avaliações externas: validação do neoliberalismo sob a égide do Estado nas políticas públicas educacionais. **Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional**, Curitiba, v. 18, n. 50, p. 172-190, set./dez. 2023. DOI: 10.35168/2175-2613.UTP.pens_ed.2023.Vol18.N50.pp172-190. Disponível em: <https://revistas.utp.br/index.php/a>. Acesso em: 13 nov. 2025.

CASASSUS, Juan. Uma nota crítica sobre a avaliação estandardizada: a perda de qualidade e a segmentação social. **Sísifo: Revista de Ciências da Educação**, Lisboa, n. 9, p. 71-78, maio/ago. 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/28320455_Uma_nota_critica_sobre_a_avaliao_estandardizada_A_perda_de_qualidade_e_a_segmentacao_social. Acesso em: 28 abr. 2026.

CELVA, Lilliane Bia. **Minha escola tem qualidade?: uma análise da perspectiva de gestores escolares do município de Guabiruba-SC**. 2022. 112 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2022.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação ética e política em função da educação como direito público ou como mercadoria? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 88, p. 703-725, out. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302004000300004>. Acesso em: 27 abr. 2026.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 29, n. 78, p. 201-215, maio/ago. 2009.

DUTRA, Marília. **O sistema de avaliação da educação básica dos anos iniciais do ensino fundamental e indicadores de qualidade na gestão educacional/escolar em escolas municipais de Santa Maria – RS**. 2022. 96 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2022.

FLACH, Simone Fátima. Contribuições para o debate sobre a qualidade social da educação na realidade brasileira. **Contexto & Educação**, Ijuí, v. 27, n. 87, p. 4-25, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.21527/2179-1309.2012.87.4-25>. Acesso em: 2 ago. 2025.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 160 p., 2018.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa; RICARTE, Ivan Luiz Marques. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. **Logeion: Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 57-73, set. 2019/fev. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.21728/logeion.2019v6n1.p57-73>. Acesso em: 10 mar. 2025.

HUGO, Victor. **Os Miseráveis**. Tradução de Frederico Ozanam Pessoa de Barros. Apresentação de Renato Janine Ribeiro. 1. ed. São Paulo: Penguin Companhia, 2017.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. Currículo e projeto político-pedagógico: implicações na gestão e no trabalho docente. **Cadernos de Educação** - Brasília, v. XVIII, p. 11-26, 2014.

IVO, Andressa Aita; HYPOLITO, Álvaro Moreira. O Plano de Desenvolvimento da Educação: uma análise no contexto escolar. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED: Sociedade, cultura e educação: novas regulações?, 32., 2009, Caxambu. **Anais....** Caxambu: Anped, 2009. P. 1-15. Disponível em: <https://legado.anped.org.br/biblioteca/item/o-plano-de-desenvolvimento-da-educacao-uma-analise-no-contexto-escolar>. Acesso em: 9 de jul. 2026.

JAHNKE, Jefferson Fellipe. **Sistema nacional de avaliação**: uma análise do desempenho escolar no município de Campo Magro (2013–2019). 22023. 221 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2023.

LIMA, Patrícia Silva; FONSECA, Josefa Sônia Pereira da. **Gestão escolar**: uma análise das práticas à luz da qualidade da educação na rede municipal de Teixeira de Freitas-Bahia. 2022. 150 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2022.

MELO, Priscila Vieira Ferraz de. **Gestão por resultados para promoção da qualidade**: afirmação da accountability na rede municipal de ensino de Teresina (PI). 2023. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, 2023.

OLIVEIRA, Ana Flávia Frota Ferreira da Costa. **Qualidade educacional**: apropriação de resultados da avaliação em larga escala na Unidade de Educação Básica Dra. Maria Alice Coutinho. 2023. 159 f. Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2023.

OLIVEIRA, Jôsy de Souza Paixão. **As políticas neoliberais e suas influências no processo avaliativo na educação pública do estado de Goiás**. 2022. 103 f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Educação Superior de Inhumas – FacMais, Inhumas, 2022.

OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de; FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola. Redefinição do papel do Estado no Brasil: implicações do modelo gerencial para as políticas de gestão da educação básica. **Educação: Teoria e Prática**, Rio Claro, v. 19, n. 32, p. 57–72, jan./jun. 2009. Disponível em:

<https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/2971>. Acesso em: 18 jul. 2026.

PELEGRI, Mayara Duarte. **Reflexos do SIMAVE em uma sala de 5º ano: qualidade educacional ou naturalização da exclusão?** 2023. 311 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Faculdade de Educação, Uberlândia, 2023.

RIBEIRO, Andréa Porto. **As avaliações em larga escala e sua relação com a qualidade da educação: caminhos percorridos por um colégio de aplicação federal.** 2023. 327 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023.

RITTER, Cláudia Sales. **A política curricular na escola de ensino fundamental: sentidos de qualidade de educação para além da mensuração.** 2022. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Rondonópolis, 2022.

SILVA, Givanildo da; SILVA, Alex Vieira da; GOMES, Eva Pauliana da Silva. O discurso da qualidade na educação: a voz dos professores. **Retratos da Escola**, Brasília, DF, v. 13, n. 27, p. 799-815, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.22420/rde.v13i27.978>. Acesso em: 10 mar. 2025.

SILVA, Givanildo da; PRADO, Edna Cristina do; SANTOS, Inalda Maria dos; PALMEIRA, Lana Lisiêr de Lima. A política nacional de avaliação da educação básica e suas interferências na escola pública. **ECCOM: Educação, Cultura e Comunicação**, Lorena, v. 14, n. 27, p. 516, 2023.

SORDI, Mara Regina Lemes de; VARANI, Adriana; MENDES, Geisa do Socorro Cavalcanti Vaz (orgs.). **Qualidade(s) da escola pública: reinventando a avaliação como resistência.** Uberlândia: Navegando Publicações, 2017.

SOUSA, Sandra Zákia; LOPES, Valéria Virgínia. **Avaliação educacional: de aprendizagem, institucional, em larga escala.** São Paulo: Contexto, 128 p., 2024.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. A escola em debate: gestão, projeto político-pedagógico e avaliação. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 7, n. 12, p. 159-166, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.22420/rde.v7i12.270>. Acesso em: 11 maio 2026

VIANA, Vaneide Ferreira. **IDEB, qualidade da educação e organização pedagógica: realidade educacional em duas escolas estaduais do território de identidade sudoeste baiano.** 2022. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2022.